

## Entrevista com Fernando Pimenta

O professor e historiador Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta é professor do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ministrando aulas no curso de Licenciatura em História e no Mestrado em História Contemporânea. Licenciado em História pela Universidade de Coimbra e doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, foi bolsista de pós-doutoramento da Fundação para Ciência e a Tecnologia, desenvolvendo suas atividades de pesquisa no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e no Departamento de História da Faculdade de Ciência Política da Universidade de Bolonha. Possui vasta experiência na área de História Contemporânea de Portugal e História Colonial Portuguesa, com ênfase na colonização africana. É autor de uma série de artigos, capítulos e livros, dos quais podemos destacar *Descolonização de Angola e de Moçambique. O comportamento das minorias brancas (1974-1975)* (Editora Universidade Federal de Goiás, 2015), *Storia Politica del Portogallo Contemporaneo* (Le Monnier, 2011), *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)* (Afrontamento, 2010), entre outros.

Entrevista concedida no segundo semestre de 2018 a **Luiz Felipe Florentino**, Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, e ao professor **Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa**, vinculado à mesma instituição.

**[Florentino/Correa]: Professor, para iniciarmos nossa conversa o senhor poderia nos falar sobre o seu percurso acadêmico e profissional?**

**[Fernando Pimenta]:** Desde muito cedo tive um gosto particular pela História. Por isso, depois de ter completado os meus estudos liceais, não tive qualquer dúvida em cursar História. Sentia que essa era a minha vocação. Em 1998, com dezoito anos, inscrevi-me na Licenciatura em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Na altura, tal como ainda hoje, estudar em Coimbra era motivo de grande prestígio em Portugal. Durante dois anos, procurei absorver tudo quanto o curso tinha para me dar. Depois, em 2000, parti para Itália, para a Universidade de Bolonha, a mais antiga e uma das mais prestigiadas da Europa, para fazer um ano de estudos, na qualidade de estudante Erasmus. Foi uma experiência muito marcante, tanto do ponto de vista pessoal, como académico. Um ano em Bolonha abriu-me os horizontes em termos culturais e científicos. Regressei depois a Coimbra, para completar a minha licenciatura, o

que de facto aconteceu em Junho de 2002. Nesse mesmo ano fui admitido como investigador de doutoramento no Instituto Universitário Europeu de Florença, na sequência de um concurso muito competitivo, com mais de mil candidatos. Recordo-me ter sido então o único português a ser admitido no Departamento de História desse Instituto. O Instituto Universitário Europeu, tal como o nome indica, é uma instituição de ensino pós-graduado de carácter europeu; tem sede em território italiano, mas não pertence ao Estado Italiano. Ali tive condições de trabalho verdadeiramente fantásticas! Ao fim de cinco anos, em Novembro de 2007, defendi com sucesso a minha tese de doutoramento sobre questões relacionadas com a colonização portuguesa e o nacionalismo em Angola. Tinha então vinte e sete anos.

Em Dezembro de 2007, tornei-me investigador de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal. Durante o meu longo pós-doutoramento de seis anos, tive como instituições de acolhimento o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e o Departamento de História da Faculdade de Ciência Política da Universidade de Bolonha. Mantive também uma estreita relação de colaboração com o Instituto de História Contemporânea de Ferrara. Em Dezembro de 2013, na sequência de outro concurso internacional muito competitivo, obtive um lugar de Investigador FCT na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pouco depois tornei-me investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), mas mantive a minha relação científica com a Universidade de Coimbra, nomeadamente com o CEIS20.

Entretanto, comecei a lecionar a cadeira de História dos Impérios no âmbito do Programa de Doutoramento em Estudos sobre a Globalização da Universidade Nova de Lisboa. Foi uma experiência bastante interessante. Enfim, em Fevereiro de 2018, surgiu o convite para lecionar no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito da Licenciatura em História e do Mestrado em História Contemporânea.

**[F/C]: Atualmente o senhor é professor da cadeira de História de Portugal em África na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, instituição onde licenciou-se em História. O que o senhor pode nos falar sobre esta experiência?**

[FP]: Tem sido uma experiência muito enriquecedora, sobretudo o contato com os alunos, mas também com os outros colegas. Aliás, alguns dos meus colegas foram na realidade meus antigos professores! No fundo é um regresso à *Alma Mater*. E penso que um regresso bem-sucedido. Por exemplo, o número de alunos inscritos na cadeira de História de Portugal em África, que é uma disciplina opcional, quase duplicou: passou de uma média de cinquenta inscritos para mais de noventa. Penso que isso é revelador do trabalho desenvolvido por mim e da boa resposta por parte dos alunos. Tenho tido bons resultados também noutras cadeiras, tanto ao nível da licenciatura, como do mestrado.

[F/C]: Professor, em sua tese de doutoramento intitulada *Angola. Os Brancos e a Independência*, o senhor identifica um processo extremamente interessante, a emergência de um nacionalismo branco e a defesa da formação de um Estado nacional angolano, cenário em que poderiam ocupar lugares de mando. Este anseio surge exclusivamente às vésperas do término dos conflitos ou já é perceptível anteriormente?

[FP]: O nacionalismo dos brancos angolanos tem raízes profundas e, na verdade, remonta pelo menos ao início do século XX. Nessa altura exprimia-se por meio de um protesto autonomista protagonizado pelas elites coloniais brancas de Angola. Mas os brancos eram poucos, pelo que não tinham força suficiente para impor as suas reivindicações. Durante o Estado Novo, nomeadamente a partir da década de 1940, dá-se a evolução desse protesto autonomista no sentido da sua radicalização em termos nacionalistas. Novas gerações de brancos, nascidos e criados em Angola, começaram a reivindicar a independência da colônia. Embora descendentes de portugueses, consideravam-se completamente angolanos e tinham em vista a construção de uma nação independente, à semelhança do que os descendentes dos colonos portugueses tinham feito no Brasil no século XIX. O Brasil e, em parte a União Sul-Africana, eram, aliás, as principais referências, os modelos por assim dizer, dos nacionalistas brancos em Angola. Houve, é certo, uma minoria marxista que aderiu ao nacionalismo africano representado pelo MPLA. Mas a grande maioria dos colonos encarava o Brasil como um paradigma e um exemplo de sucesso, inclusivamente no campo das relações raciais. Era, porventura, um mito; mas caso assim fosse, era um mito com muito poder de atração entre a população angolana e não apenas entre os brancos.

**[F/C]: Em sua tese sobre o Nacionalismo “Branco” em Angola, haveria uma chave interpretativa válida para o estudo da resistência africana em suas variadas formas de luta pela independência e o projeto nacionalista de manutenção de um “poder branco”?**

**[FP]:** Nos meus estudos sobre a questão nacionalista em Angola, comecei por identificar a existência de um protesto político protagonizado por sectores significativos da população branca, nomeadamente pelos filhos dos colonos portugueses, nados e criados em terras africanas, cujo principal objetivo era obter a independência da colônia, definida no âmbito das suas fronteiras coloniais. Tratava-se de um protesto que fundava as suas raízes em reivindicações de caráter autonomista por parte dos colonos brancos nas primeiras décadas de século XX, mas que depois evoluiu, já durante o Estado Novo, para uma forma específica de nacionalismo. Não se tratava por isso de uma qualquer tentativa de manter as estruturas de colonialismo interno por minorias brancas, mais ou menos desesperadas pela retirada da potência europeia no momento da descolonização. Mas sim de um nacionalismo construído com base numa oposição política ao domínio colonial português em Angola. Algo que espelhava bem o caráter multifacetado e a complexidade do fenómeno colonial em Angola. Inicialmente, num primeiro livro publicado em 2005, designei esse protesto de “leuconacionalismo”, expressão que literalmente significa “nacionalismo branco”.

Mais tarde, porém, senti necessidade de uma maior problematização do fenómeno nacionalista entre os brancos de Angola. Assim, na minha tese de doutoramento, publicada com o título *Angola. Os Brancos e a Independência*, dediquei um capítulo ao questionamento do fenómeno nacionalista em Angola, tendo abordado a questão de uma forma mais estruturada e colocando em perspectiva velhas e novas tipologias e grelhas interpretativas produzidas no âmbito da História e da Ciência Política. Em termos conceituais, evolui então para o conceito de nacionalismo euro-africano por, no meu entender, exprimir melhor a essência do protesto político dos brancos de Angola. De facto, o nacionalismo euro-africano considerava a nação angolana como o resultado do encontro das esferas europeia e africana, em termos económicos, sociais, culturais e políticos, pelo que atribuía aos brancos um papel dinâmico na luta pela independência e na construção do Estado Nação em Angola. Assim, não havia à partida uma exclusão da componente africana; o que havia sim era uma adaptação do elemento europeu ao contexto africano. Como tal, um ponto importante a reter é o seguinte: os nacionalistas euro-africanos não defendiam necessariamente a instituição de um regime de supremacia branca em

Angola. Muitos aceitavam a participação política das classes médias mestiças e negras no processo de decisão política, mas naturalmente entendiam que a minoria branca deveria ter um quinhão significativo nesse mesmo processo governativo.

Por outro lado, o nacionalismo euro-africano distinguiu-se do nacionalismo africano, representado pelos três principais movimentos nacionalistas armados (Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA; Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA; e União para a Independência Total de Angola, UNITA) e por outros movimentos políticos menos significativos. A principal diferença consistiu no facto que o nacionalismo africano considerava Angola uma nação fundamentalmente africana, no sentido de negra, e em que o elemento europeu era periférico. Tratou-se de uma diferença assinalável e que, de alguma forma, condicionou negativamente a colaboração entre nacionalistas dessas duas correntes em momentos fundamentais da história angolana, nomeadamente durante a guerra de independência.

No entanto, ambos os nacionalismos tinham pontos em comum, na medida em que ambos defendiam a independência de Angola e a integridade do seu território, compreendido nas fronteiras delineadas pelo colonialismo, bem como a construção de um Estado-Nação moderno, segundo o modelo europeu. Por isso, podemos classificar as formas nacionalistas euro-africana e africana como duas variantes ou correntes de um mesmo fenómeno, o nacionalismo angolano. Como tal, ainda que concorrentes, não eram necessariamente antagónicos, porque tinham objetivos comuns. E, em 1962, houve mesmo uma tentativa de construção de uma plataforma nacionalista unificada, integrando nacionalistas euro-africanos, representados pela Frente de Unidade Angolana (FUA), e nacionalistas africanos, nomeadamente do MPLA. A ideia da constituição dessa plataforma foi lançada pela FUA, mas foi recusada pelos vários movimentos nacionalistas africanos, entre os quais o MPLA, que sempre teve uma posição um pouco ou tanto ambígua em relação ao nacionalismo euro-africano. Temia-se neste caso que uma associação à FUA, e aos nacionalistas euro-africanos em geral, pudesse acarretar uma deslegitimação da luta nacionalista do MPLA, uma vez que os brancos representavam a população colonizadora e não a maioria colonizada. E, nessa altura, o MPLA já enfrentava críticas à sua composição racial por parte dos seus rivais, em especial por parte da UPA/FNLA, que acusava o MPLA de ser um partido de mestiços, filhos de colonos, pelo que não representaria a maioria da população angolana. Claramente, o falhanço dessa tentativa de

constituição de uma plataforma unificada teve claras consequências para o futuro da população branca no país, cavando ainda mais o fosso que os separava das guerrilhas africanas.

**[F/C]: No pós-guerra, o “poder branco” na África do Sul e na Rodésia contou com o apoio do Estado Novo português, notadamente em sua política ultramarina para Angola e Moçambique. Poderia discorrer sobre a resistência africana em Angola e Moçambique, sobretudo sob a forma de projetos nacionalistas (inclusive de um nacionalismo branco) naquele contexto marcado pelo “poder branco” na África austral?**

**[FP]:** Tanto em Angola, como em Moçambique a questão nacionalista esteve diretamente relacionada com as características assumidas pelo colonialismo português nesses dois territórios no século XX. Em ambas as colónias, ainda que com maior impacto em Angola, vigorou uma forma ou subtipo de colonialismo que a historiografia anglófona denominou de *settler colonialism*, expressão que podemos traduzir por “colonialismo demográfico” ou “colonialismo de povoamento”. Não vou aqui entrar em detalhes sobre a questão do colonialismo demográfico, até porque o fiz recentemente num artigo publicado no Brasil. Em todo o caso, podemos dizer que, no contexto africano, o colonialismo demográfico foi caracterizado pela existência de uma “terceira força” no interior da situação colonial, distinta quer do poder colonial, quer da população colonizada, representada pelo conjunto dos colonos brancos. Os colonos brancos constituíam uma “terceira força” – em termos sociais, económicos e políticos – no sentido em que competiam, por um lado, com a população colonizada pela supremacia na sociedade colonial e, por outro, com a potência colonial pelo controle do aparelho do Estado colonial. Isto aconteceu em todas as colónias de povoamento europeu em África, mas com maior prevalência nas que tinham um número maior de brancos. E é à luz do conceito de colonialismo demográfico que devemos entender o aparecimento desse bastião branco na África Austral, centrado precisamente em duas colónias de povoamento europeu, a União Sul Africana, mais tarde República da África do Sul, e a Rodésia do Sul, actual Zimbabwe.

Num primeiro momento, a União Sul Africana exerceu um grande fascínio sobre as minorias brancas instaladas nas duas colónias portuguesas. Os colonos portugueses, sobretudo em Angola, ver-se-iam a si mesmos como os obreiros duma futura nacionalidade de matriz europeia em África. Uma nacionalidade que, de alguma forma, corresponderia à nacionalidade construída pelos descendentes dos colonos europeus, *boers* e britânicos, na África do Sul. Mas a partir da 2.<sup>a</sup>

Guerra Mundial, com o acirrar da segregação racial e a instituição do regime do apartheid, a África do Sul perdeu boa parte do prestígio de que dispunha entre as elites brancas de Angola e de Moçambique. O Brasil parecia ser um modelo mais consentâneo com a realidade e os objetivos dos nacionalistas euro-africanos da África Portuguesa, na medida em que o parecia ter conseguido concretizar uma forma de integração racial entre brancos, negros e ameríndios.

Contudo, nos últimos anos da presença colonial portuguesa, alguns segmentos das minorias brancas voltaram a olhar para a África do Sul e para a Rodésia como eventuais aliados na luta contra as guerrilhas africanas. Em Moçambique, por exemplo, o modelo rodesiano, ou seja a hipótese de uma secessão da colônia pela mão da minoria branca, chegou a ter alguns adeptos, fato que aliás se tornou visível no momento da descolonização. Em 7 de Setembro de 1974, com a rebelião protagonizada por alguns grupos políticos excluídos do acordo de independência – o Acordo de Lusaka – houve mesmo um apelo à intervenção militar sul-africana no território moçambicano. Mas esses grupos não eram exclusivamente compostos por brancos; havia um conjunto de líderes negros, muitos dos quais dissidentes da Frelimo, que apoiaram a rebelião, tendo confluído com alguns dirigentes políticos brancos no chamado Movimento Moçambique Livre (MML). Mas o resultado da rebelião foi desastroso. Um grande número de mortos e de feridos, de todas as raças, um crescimento da tensão social e política em todo o território, em especial na capital (Lourenço Marques, atual Maputo), e o êxodo acelerado da população branca para os países vizinhos e para Portugal.

No polo oposto, as guerrilhas africanas foram sempre bem claras no seu desiderato de impedir qualquer solução de independência branca, tanto em Angola, como em Moçambique. Isto não significa que, em determinados momentos, não tivesse havido contatos entre as autoridades coloniais portuguesas e as direções dos movimentos nacionalistas africanos. Em Angola esses contatos são mais conhecidos, nomeadamente com a UNITA. Mas mesmo neste caso nunca se colocou a hipótese das guerrilhas virem a aceitar, tão pouco a apoiar uma solução de independência branca. E penso, na verdade, que a grande maioria dos brancos nunca encarou seriamente essa possibilidade, pelo menos a partir de 1961. Para além disso, o Estado Português, embora tivesse estreitado as relações com sul-africanos e rodesianos ao longo da década de 1960, nunca criou verdadeiramente condições para que os colonos assumissem o controle do aparato político-administrativo e militar do Estado colonial, nem em Angola, nem em Moçambique. Houve porventura uma tentativa nesse sentido, no tempo de Marcelo Caetano (1968-1974), ou

seja, mesmo no final da dominação colonial, mas que fracassou em virtude da oposição dos meios mais conservadores do Estado Novo, que minaram internamente a política colonial de Caetano.

Por outro lado, a recusa de Salazar em negociar a independência dos territórios coloniais empurrou os nacionalistas africanos para uma situação de confronto militar com o colonialismo português. Não sendo possível obter um acordo com a parte portuguesa por via da negociação, os nacionalistas africanos optaram pela luta armada, primeiro em Angola, e depois também na Guiné e em Moçambique. Esta situação gerou, como todos sabemos, uma prolongada guerra colonial em três frentes e que influenciou diretamente na queda do regime português em 25 de Abril de 1974. A revolução abriu as portas a uma rápida descolonização da África Portuguesa, consubstanciada na entrega dos territórios aos movimentos guerrilheiros africanos, sem prévia auscultação das populações coloniais. A desagregação do império acabou por ser relativamente célere, não tendo havido tempo para a necessária preparação para uma transição pacífica para a independência. O resultado final não foi positivo, nomeadamente em Angola, onde uma guerra civil entre os três principais movimentos nacionalistas africanos rebentou ainda mesmo antes da proclamação da independência. Enfim, o êxodo das minorias brancas foi outra das consequências da forma como foi conduzido o processo de descolonização, tanto em Angola, como em Moçambique.

**[F/C]: Através de seus estudos podemos observar que os brancos em Angola ocupavam lugares diversos nesta sociedade. Como o senhor lidou com essa heterogeneidade no que tange a representatividade de diferentes setores em sua pesquisa?**

**[FP]:** Em Angola, nas últimas décadas do domínio colonial português, havia brancos de todas as categorias sociais. Naturalmente havia uma elite muito rica, ligada à produção de café e à agropecuária no geral, bem como ao comércio, mas também havia muitos brancos pobres, que viviam lado a lado com os seus vizinhos negros e mestiços nos bairros de lata de Luanda. Na sua maioria, os brancos pertenciam às chamadas classes médias, tendencialmente urbanas, e tinham um nível de vida um pouco mais elevado do que a maioria da população que vivia na metrópole, mas não necessariamente desafogado. Em todo o caso, os brancos nunca constituíram um bloco homogêneo, nem do ponto de vista econômico e social, nem em termos políticos. Por isso, não é fácil retratar essa heterogeneidade em termos historiográficos. Nos meus estudos consegui



retratar os perfis, os anseios e as reivindicações de uma parte dos colonos, sobretudo os instalados nas cidades do Centro-Sul de Angola (Benguela, Lobito, Huambo, Lubango, etc.), bem como das elites econômicas e intelectuais de Luanda. Mas reconheço grandes lacunas no que diz respeito ao conhecimento dos estratos mais desfavorecidos da população branca, sobretudo os mais pobres, que viviam nos muceques (bairros de lata) da capital. E também nunca aprofundei a história das comunidades instaladas no Noroeste, na principal zona produtora de café, ou no Leste, por exemplo, nas Lundas. Há muito ainda por fazer...

**[F/C]: No período colonial ser considerado branco em Angola estava diretamente relacionado ao local social que o sujeito ocupava ou a cor da pele? Havia diferença entre ser branco em Portugal e Angola?**

**[FP]:** Em Luanda e nos meios urbanos ser branco estava diretamente relacionado com a cor da pele. Nas zonas rurais era diferente. Primeiro porque nalguns locais havia efetivamente muito poucos brancos. Por outro lado, porque um mestiço ou um negro que tinha adotado o modo de vida europeu podia ser considerado “branco” pela restante população africana que permanecia com o seu modo de vida tradicional. É claro que sempre houve espaço para algum hibridismo. Daí o intelectual angolano Mário António Fernandes de Oliveira falar em criouldade em Angola, mormente em Luanda. Em certos momentos e em certos meios sociais, não havia propriamente grandes diferenças do ponto de vista identitário entre brancos, mestiços e negros, pois todos compartilhariam a mesma matriz cultural. Uma matriz portuguesa colonial, que Gilberto Freyre diria porventura luso-tropical, e que de alguma forma teria algumas semelhanças com a realidade social do Nordeste do Brasil. Isso de fato existiu. Mas também existiu o oposto. Isto é, uma gradual racialização das relações raciais operada pelas autoridades coloniais portuguesas, sobretudo durante uma certa fase do Estado Novo de Salazar. Nessa altura, nas décadas de 1930, 1940 e até 1950, os próprios brancos nascidos na colônia foram racialmente “desclassificados”. Passaram a ser considerados brancos de segunda classe, por oposição aos brancos da metrópole, sendo formalmente classificados de euro-africanos. Fato que os aproximou ainda mais dos mestiços, acirrando os seus sentimentos de nacionalismo. Portanto, o significado de branco não era unívoco, pelo menos do ponto de vista político e identitário.

**[F/C]:** Em *Obras escolhidas* Walter Benjamin afirma “Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores”. Há por parte da atual elite angolana alguma identificação com o passado colonial português?

**[FP]:** A relação da elite angolana com o passado colonial português é muito complexa. Por um lado, essa elite resulta, em termos sociológicos, de uma longa interação entre portugueses e africanos em certos pontos do território, nomeadamente em Luanda. Muitos são descendentes de portugueses, ou pelo menos fruto do processo de miscigenação entre portugueses e africanos. Muitos outros, não sendo mestiços em termos por assim dizer biológicos, são-no do ponto de vista cultural. Mas, por outro lado, a elite angolana funda, pelo menos em parte, a sua legitimidade política na luta pela independência; uma luta contra o colonialismo português e que resultou no acesso de Angola à independência em 1975. Daí a complexidade desse relacionamento entre portugueses e angolanos. Em geral, porém, parece-me que há uma clara proximidade cultural e identitária entre portugueses e angolanos, pelo menos no campo das elites.

**[F/C]:** O controle acirrado do Estado Novo sobre as universidades e a produção de conhecimento de forma geral, acabou por impossibilitar a confecção de uma crítica historiográfica acerca do colonialismo português em África durante sua vigência. Dessa forma, pode-se dizer que a historiografia colonial portuguesa é muito recente. Em sua opinião, atualmente, quais os principais desafios enfrentados por esta abordagem? Quais caminhos ainda devem ser percorridos?

**[FP]:** A história do colonialismo português em África está ainda em larga medida por fazer. Já há bases historiográficas importantes e relativamente sólidas, mas o trabalho é imenso. Trata-se de fazer a história de uma boa parte do continente africano e não só nos séculos XIX e XX. Não nos podemos esquecer que há portugueses no interior de África já nos séculos XV e XVI. Naturalmente era um outro tipo de presença, muito distinta da ocupação efetiva encetada na Época Contemporânea, mas que não deixa de ser relevante do ponto de vista historiográfico. Portanto, o desafio é muitíssimo grande. Mas o que me parece essencial é a construção de pontes entre diferentes instituições, portuguesas, africanas e, porque não, brasileiras. As universidades e centros de investigação portugueses terão que estreitar os seus laços com as congéneres africanas. Não se pode continuar a trabalhar de forma isolada, muitas das vezes ignorando o trabalho dos

outros, como tem tendencialmente acontecido até ao presente. Há que vencer preconceitos e obstáculos, de forma a trabalhar em conjunto. Por outro lado, da parte portuguesa tem de se acabar com uma certa “dependência” em relação a modelos e a escolas anglo-saxônicas e, ao invés, procurar valorizar muito mais a produção historiográfica em língua portuguesa, especialmente a africana e a brasileira. Os países africanos de língua portuguesa têm ótimos historiadores, tal como o Brasil, pelo que o seu trabalho deve ser mais valorizado em Portugal. Se conseguirmos fazer isto, se conseguirmos construir uma grande rede transnacional no campo da história, em especial dos estudos coloniais e pós-coloniais, seremos certamente capazes de produzir um conhecimento mais estruturado do colonialismo português e de cada um dos países de língua portuguesa.

**[F/C]: Mas pode-se dizer que no momento há diálogos entre a historiografia colonial portuguesa e as historiografias de origem africana sobre o tema?**

**[FP]:** Há diálogos, sim, mas por enquanto largamente insuficientes. É preciso fazer muito mais, de ambos os lados. E o Brasil terá certamente um papel importante no estreitamento desse diálogo.

**[F/C]: A prematuridade de uma abordagem crítica sobre o colonialismo português em África interfere diretamente sobre a forma com que os portugueses no geral entendem a guerra colonial, os processos de descolonização e independência? Há alguma ideia cristalizada na sociedade portuguesa sobre estes assuntos e que não tem respaldo na historiografia?**

**[FP]:** Essa questão é bastante pertinente e tem gerado muito debate na academia portuguesa nos últimos tempos. Claramente, a emergência bastante tardia da historiografia colonial portuguesa influenciou negativamente na forma como que a maioria dos portugueses encara o seu passado imperial. Durante muito tempo prevaleceu a ideia de um “colonialismo brando”, de alguma forma menos violento do que o colonialismo de outros países europeus. Houve também a ideia que os portugueses foram menos racistas do que a maioria dos colonizadores, porque se teriam misturado, ou melhor miscigenado com os povos colonizados. São ideias que radicam, em parte, na teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre e que, de alguma forma, são uma herança da

propaganda política da última fase do Estado Novo. Em todo o caso, parece-me que estas ideias têm cada vez menos impacto na sociedade portuguesa, sobretudo entre as novas gerações.

No entanto, estamos também a assistir ao fenómeno inverso, ou seja, a uma diabolização do passado colonial português levada a cabo por certos setores intelectuais politicamente engajados e eivados de um radicalismo ideológico e contrário ao espírito científico. Para esses setores intelectuais, o colonialismo português resume-se a violência, à exploração económica das populações nativas, ao trabalho forçado, ao cultivo forçado de certos produtos por parte dos indígenas, etc. É óbvio que o colonialismo português também foi isso, características de resto comuns a todos os colonialismos. Mas isso é uma simplificação do fenómeno colonial que, por si mesmo, é extremamente complexo. Por isso, a historiografia colonial portuguesa tem ainda pela sua frente um longo caminho a percorrer, não podendo ceder ao perigo de se enleiar num discurso eminentemente ideológico.

**[F/C]:** Por si só, seu livro *Descolonização de Angola e Moçambique. O comportamento das minorias brancas (1974-1975)* é inovador devido sua originalidade. No entanto, em sua percepção, qual o maior contributo desta obra específica para a crescente historiografia do colonialismo português em África do século XX?

**[FP]:** Esse livro constitui um trabalho de síntese sobre o processo de descolonização das duas maiores colónias portuguesas em África. Contudo, foca um assunto que durante muito tempo foi praticamente ignorado pela historiografia: a questão da agência política dos estratos colonizadores de origem portuguesa, tanto em Angola, como em Moçambique. Tive sempre muita dificuldade em perceber as razões pelas quais a história dos colonos portugueses em África foi sistematicamente ignorada pela historiografia portuguesa, salvo raríssimas exceções. Durante muito tempo foi mesmo um *tabu*: os colonos estavam lá, mas não se falava deles, pois ou eram tratados como espectadores passivos do fenómeno colonial, ou eram vistos como meros promotores (e principais beneficiários) do processo de exploração económica da população indígena. A primeira perspectiva está errada e a segunda é largamente redutora do papel dos colonos brancos no processo colonial. Penso que o meu trabalho contribuiu para superar, pelo menos em parte, estas falsas visões sobre a agência dos colonos brancos, focando neste caso específico o seu papel e comportamentos no processo de descolonização.

**[F/C]: Por fim, gostaríamos de saber se no momento o senhor está engajado em algum novo projeto. Poderia nos falar sobre?**

**[FP]:** De momento estou a ultimar um estudo sobre a história dos colonos portugueses em Moçambique entre 1945 e 1975, tendo em conta a existência de um protesto político democrático e anti-salazarista protagonizado por certos setores das elites brancas das principais cidades moçambicanas. Trata-se de um livro que deve ser publicado muito brevemente, provavelmente no início de 2019.